

Movimento do Ecomuseu por inclusão e representação

CARTA AO IPHAN (Proposta ao Decreto nº) enviada ao Departamento de Museus e Centros Culturais/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- MinC

Assunto: Apresentação de comentário e proposta ao Decreto nº

Rio de Janeiro , 11 de fevereiro de 2004.

Prezado Senhor

Tendo recebido através de comunicado deste órgão a minuta do Decreto nº , de, que , aprovado, disporá sobre a criação do Sistema Brasileiro de Museus, venho , na condição de membro representante do Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, oficialmente conhecido como Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, cuja abrangência se limita ao bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro e como Vice- Presidente do MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia, apresentar alguns comentários e pontos para reflexão no que concerne a nossa experiência como ecomuseu urbano, em processo na periferia da Cidade.

O Brasil tem-se tornado nas últimas décadas do século XX um importante eixo de reflexão teórica e de práticas metodológicas inovadoras no campo da museologia, que se fundamentam nos princípios e conceitos tirados da Mesa de Santiago do Chile em 1972, por sua vez nutrida com as bases teóricas do pedagogo brasileiro Paulo Freire. Destas experiências em curso em alguns pontos do país , a iniciativa da comunidade de Santa Cruz tem revelado o seu potencial como fator de apropriação e valorização do patrimônio, natural e cultural, material e imaterial e seu uso pela própria comunidade em prol do desenvolvimento local.

Outras experiências dão conta do esforço de comunidades desejosas de criar e gerir seu próprio museu, seja um ecomuseu, um museu comunitário ou experiências próximas, onde o grande desafio é deslocar a noção de **“coleção pertencente ao museu”** como principal preocupação para **“o patrimônio de uma comunidade inteira, servido em ações pedagógicas saídas das suas necessidades culturais o que não exclui, obviamente e a longo prazo, a constituição de acervos representativos da comunidade.**

Em atendimento à democrática proposta de receber contribuições da comunidade museológica nacional, no sentido de ajustar o Decreto à diversificada realidade brasileira de museus, o que confere à Política Nacional

de Museus um significativo avanço na abertura desse espaço dialógico, inovador na reorganização da gestão dessas instituições culturais e, compreendendo o esforço do Governo na ampliação do debate e sua extensão a toda a comunidade museológica nacional, o Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz apresenta sua contribuição. Reconhecido e identificado como ecomuseu desde o I Encontro Internacional de Ecomuseus, realizado no Rio de Janeiro, em 1992, na esteira da ECO 92, não se furta a mais essa participação histórica, da mesma maneira como participou dos debates que geraram a atual PNM. Delineou esse ecomuseu uma trajetória singular no campo da museologia e por essa razão respaldado pelo reconhecimento nacional e internacional de sua pedagógica ação sócio - cultural. Reivindica , a título de reflexão nesse diálogo democrático, tratamento diferenciado para os ecomuseus e museus comunitários ou iniciativas similares* , em relação à grande maioria dos museus clássicos/ convencionais brasileiros.

A Declaração de Santiago do Chile e seus conseqüentes avanços e desdobramentos e ratificações em Québec(1984) e Caracas (1992) trouxeram para o debate museológico o conceito de “patrimônio integral”, onde uma coleção virtual de bens, selecionados, valorizados e apropriados por uma comunidade territorial é motivo de principal de um movimento cultural por ela mesma. No caso de Santa Cruz, o resultado tem sido uma responsabilização crescente de segmentos diversificados da sociedade por esse patrimônio e uma participação cada vez mais consciente nas discussões sobre seu futuro.

Afiliado ao ICOM – International Council of Museums, o MINOM, cuja história completa em 2004 vinte anos de militância, no cumprimento de suas finalidades, apoiando, estimulando e abrigando experiências no campo das museologias sociais ou novas museologias, presta ao Ecomuseu de Santa Cruz , desde a sua identificação, sustentação teórica . Por sua vez o ICOM BR e a comunidade acadêmica brasileira , representada pela Escola de Museologia da UNIRIO , Escola de Museologia da UFBA, Curso de Especialização em Museologia da USP/ MAE, Universidade Federal do RS, Universidade Federal do Rio de Janeiro/ FAU/Pro-Arq e o Sistema Estadual de Museus do RS, entre outros, têm demonstrado o reconhecimento desse ecomuseu , reservando-lhe espaço e voz nos debates e mesas redondas nacionais promovidos entre 1992 e 2003, oportunizando a divulgação e a reflexão sobre a iniciativa comunitária.

A participação do Ecomuseu de Santa Cruz revela em várias situações a nível internacional, o apreço e consideração para com esse trabalho comunitário como a publicação de artigos no informativo ICOM News (fev/2001), participação e apoio nas Conferências Gerais do ICOM em Melbourne (1998) e em Barcelona (2001), nos Ateliers Internacionais do MINOM (Póvoa de Lanhoso – Portugal /1997; Salvador/1999 e Santiago do Cacém – Portugal/ 2003, além de persistente intervenção nos debates e publicações do ICOFOM / ICOFOM LAM, desde 1996. Em suas últimas incursões, representou a museologia brasileira em Besançon – França, 2002, no Colloque des Ecomusées et des Musées de Sociétés, promovido pela Fédération des Ecomusées et des Musées de Sociétés e teve seu trabalho selecionado pela École du Louvre na 7th International Cultural Heritage – ICHIM 03 , em Paris ,

em setembro de 2003, que deixou de ser defendido *in loco* por falta absoluta de patrocínio.

Em razão dessa trajetória e em nome das demais experiências próximas ao sentido e ao espírito dos ecomuseus e museus comunitários em curso, estejam elas em estágio embrionário ou em franca evolução, Santa Cruz sente a responsabilidade de contribuir para que o Decreto em questão corresponda com maior adequação ao redesenho do mapa museológico de nosso país, incluindo no debate esses novos museus, gestados por suas próprias comunidades. **Em nome da coerência ao artigo X do referido decreto, reivindica assento e voz no Conselho do Sistema Brasileiro de Museus para os ecomuseus e museus comunitários, já que os demais componentes vinculam-se às estruturas de museus convencionais que se acham maciçamente representados.**

Consideramos que a Política Nacional de Museus, fiel ao eixo de idéias e princípios que norteiam o atual governo do Presidente Luiz Ignácio Lula da Silva, prima pela vontade de estender a toda a sociedade brasileira os benefícios de uma discussão democrática e que não hesitará, também na área dos museus, sobre a consolidação desses princípios que se impõem no reconhecimento da diferença que esses museus aportam e sobre sua inclusão dessa nova categoria específica de museus, já aceitos e reconhecidos pelo ICOM.

Com o respaldo dos argumentos acima, reivindicamos em nome do MINOM Brasil e da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários, cuja formalização se processa no despontar de 2004, e das potenciais experiências no campo das novas museologias, em processo de desenvolvimento ou por emergir, sua inclusão (01 vaga) no Conselho do Sistema Brasileiro de Museus, a ser criado em seqüência à aprovação do Decreto.

Na expectativa de que a inclusão dessa minoria diferenciada será analisada sob o ângulo dos dividendos políticos que poderá trazer ao universo dos museus, atenciosamente,

Assinaram com a Comunidade de Santa Cruz diversos e expressivos nomes ligados à Museologia e a diferentes disciplinas no campo das Ciências Humanas no Brasil.

- Recebemos nos comentários e adesões ao conteúdo deste documento a citação dos ecomuseus(“os ecomuseus (museus-empresas) e representantes das demais atividades museais ligadas à preservação do patrimônio imaterial, considerado o fato de que o conjunto de assentos sugeridos destina-se, quase que em sua totalidade, aos representantes do museu convencional”), bem como os museus universitários (“da representação dos museus universitários, uma categoria isolada da interlocução com o poder público e, portanto, distante da participação

democrática e da formulação de políticas públicas no seu âmbito.”), que pleiteiam também espaço e representação no Conselho a ser criado . Em anexo, foi encaminhada a carta de apoio do Secretário Geral do MINOM , Pierre Mayrand.